

## Acordo assinado pela FUP garante ao Plano Petros superávit histórico de R\$ 1,2 bi

**A**pós anos a fio fechando no vermelho, o Plano Petros obteve em 2009 um superávit histórico de R\$ 1.162.652,00. Não muito tempo atrás, em 2007, o plano fechou o ano com déficit de R\$ 2,52 bilhões. Foram cinco anos consecutivos de déficits bilionários. O Plano Petros, portanto, está, finalmente, atingindo o equilíbrio atuarial que os petroleiros buscam há décadas. Essa conquista deve-se ao acordo que a

FUP e seus sindicatos assinaram com a Petrobrás e a Petros em 2007 (o Acordo de Obrigações Recíprocas), que garantiu aportes de mais de R\$ 6 bilhões para o plano. Foi o maior acordo da história do Sistema de Previdência Complementar do Brasil.

Além de equilibrar atuariamente o Plano Petros, garantindo aos milhares de participantes e assistidos um futuro tranqüilo, o Acordo permitiu que a categoria petroleira resolvesse uma série de pendências históricas, como revisão do cálculo das pensões, redução do limite de idade para o grupo 78/79, custeio paritário do plano, estabi-



lidade e segurança nos reajuste dos benefícios, gestão paritária da Petros, entre outras conquistas. O superávit de R\$ 1,2 bilhão do Plano Petros consolida a longa luta dos petroleiros em defesa de seu fundo de pensão. Todas essas conquistas reafirmam a importância da organização da categoria em torno de entidades de fato comprometidas em defender os direitos e reivindicações dos trabalhadores. A FUP e seus sindicatos souberam conduzir com responsabilidade e equilíbrio cada passo e embate travado neste árduo caminho.

Já os dirigentes das associações e sin-

dicatos dissidentes, que deveriam somar-se à FUP na defesa dos reais interesses dos participantes e assistidos da Petros, preferiram o caminho inverso. Jogaram no lixo a ética e o respeito à categoria para afogarem-se em um mar de mentiras, armadilhas e ataques infundados à FUP, na tentativa de confundir e desmobilizar a categoria a prosseguir na luta pelo

equilíbrio atuarial do Plano Petros.

Em momento algum, os divisionistas se preocuparam com as consequências da disputa cega que impuseram à categoria no processo de repactuação. Um verdadeiro terrorismo, cujo preço quem está pagando são os aposentados, pensionistas e participantes da ativa que, aguardam, agora, uma nova oportunidade para repactuarem. O superávit bilionário do Plano Petros em 2009, que beneficia todos os participantes e assistidos (repactuados e não repactuados), comprova o erro histórico que foi cometido pelos divisionistas na disputa insana contra a repactuação.

### Dia Nacional de Luta dos Petroleiros do Setor Privado mobiliza milhares de trabalhadores

Para exigir um basta à terceirização de riscos, aos acidentes e à precarização das condições de trabalho e segurança, os trabalhadores próprios e contratados do Sistema Petrobrás realizaram nesta sexta-feira, 26, manifestações em várias regiões do país. Na Replan, base do Sindipetro Unificado-SP, mais de 10 mil trabalhadores paralisaram as

atividades pela manhã. Em Pernambuco, as mobilizações foram na Refinaria Abreu e Lima, com participação de dois mil trabalhadores. No Rio Grande do Norte, houve paralisações em Mossoró, na Sonda 95 da Petrobrás e no Canto do Amaro, maior campo terrestre de produção de petróleo do país. No Espírito Santo, cerca de 800 trabalhadores foram mobilizados em São

Mateus. No Norte Fluminense, houve panfletagem pela manhã, envolvendo trabalhadores das principais empresas privadas da região. Na Bahia, as mobilizações foram na quinta-feira, 25, com trabalhadores próprios e terceirizados do Conjunto Pituba. No Paraná e Santa Catarina, as mobilizações serão na quarta-feira, 31.

CONTINUA NA PÁGINA 4

# FUP e sindicatos lutam contra a entrega dos campos terrestres

Os projetos de lei do Executivo para o pré-sal, que prevêem a adoção do sistema de partilha de produção e a capitalização da Petrobrás, receberam duas alterações que colocam em risco os campos terrestres de produção de petróleo. A mudança no relatório do projeto de capitalização da Petrobrás permite à empresa devolver à União, como forma de ressarcimento, até 100 milhões de barris de óleo dos campos terrestres. Já a alteração no relatório do projeto de partilha prevê que o governo federal incremente a participação de empresas de pequeno e médio porte na exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás. Juntando uma com a outra, ambas as mudanças significam a entrega às empresas privadas de campos estratégicos de petróleo e o esvaziamento econômico de vários estados, com impacto, principalmente no Nordeste do país, caso a Petrobrás interrompa suas atividades de exploração e produção terrestre.



A FUP e seus sindicatos vêm se mobilizando contra as tentativas de esvaziamento e entrega dos campos terrestres desde setembro do ano passado, quando os projetos do Executivo ainda estavam em análise nas comissões especiais da Câmara dos Deputados Federais. Apesar da

FUP ter conseguido barrar o lobby dos privatistas em algumas comissões, como a que analisou o projeto da partilha, os relatórios foram alterados durante a votação no plenário. A luta agora é para impedir que os projetos sejam aprovados no Senado com estas alterações.

## Alerta ao presidente Lula

A FUP cobrou diretamente ao presidente Lula que interceda para que os parlamentares da base do governo retirem as mudanças feitas nos relatórios dos projetos apresentados pelo Executivo. A reivindicação foi feita nesta sexta-feira, 26, durante a inauguração do GASENE, em Itabuna, na Bahia, quando dirigentes da FUP e do Sindicato dos Químicos e Petroleiros do estado alertaram o governo sobre a tentativa de entrega dos campos terrestres. Durante a cerimônia, a Federação entregou ao presidente documento assinado em conjunto com os seus sindicatos

do Norte, Nordeste e Espírito Santo, onde ressalta a importância dos campos terrestres de petróleo para o desenvolvimento destas regiões. O documento destaca que a Petrobrás não pode ser impelida a “trocar o Nordeste dos campos terrestres pelo Sudeste do pré-sal”.

No texto, a FUP chama a atenção para a importância estratégica dos investimentos da Petrobrás nos campos terrestres de petróleo, que geram emprego e renda para os estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Sergipe, Alagoas, Amazonas e Espírito Santo. Os

campos operados pela Petrobrás fomentam uma série de investimentos locais que têm contribuído para o desenvolvimento destes estados. “Se forem aprovadas as mudanças feitas pelos deputados nos relatórios dos projetos do Executivo, a decadência volta, assim como a exploração desordenada, sem qualquer compromisso com o futuro. Esses estados perderão, se não o principal, um dos principais indutores do desenvolvimento local: a Petrobras”, ressaltam a FUP e seus sindicatos no documento entregue ao presidente Lula.

# Programa de governo do PSDB/Serra retomará concessão do pré-sal

“O PSDB, caso vença as eleições presidenciais de outubro, deve rever a legislação que tramita no Congresso referente ao pré-sal. Os tucanos pretendem retomar as regras do marco regulatório do petróleo elaboradas no governo Fernando Henrique Cardoso em 1997, que estabeleceu o sistema de concessão”.

Essa informação foi publicada pelo jornal Valor, no dia 22 de março, com base em declarações dadas pelo deputado federal Luis Paulo Vellozo Lucas (PSDB/ES), cotado para coordenar o programa de governo de José Serra para a presidência da República. Falando em nome do candidato tucano, Vellozo foi categórico ao declarar que o PSDB restabelecerá os leilões de concessão (leia-se entrega) para as áreas do pré-sal, caso Serra seja eleito presidente.

O deputado tucano ressaltou ainda que o PSDB é terminantemente contra o fortalecimento da Petrobrás e que Serra, se eleito, irá impedir a emissão de Títulos do Tesouro para a operação de capitalização da empresa.

## DNA do Serra é privatista

Em São Paulo, José Serra já provou que seu DNA, assim como o de FHC, é privatista. Vide a entrega da



CESP, maior companhia de energia elétrica do país, o desmonte do banco Nossa Caixa (que foi adquirido pelo BB) e a tentativa de privatização da SABESP (companhia estadual de saneamento básico), só para citar alguns exemplos.

O patrimônio público foi dilapidado durante os oito anos do governo FHC, quando tucanos e demos promoveram a maior privatária da história do Brasil. Nosso pe-

tróleo foi entregue às multinacionais, a Petrobrás foi sucateada e só não foi privatizada porque os trabalhadores e a sociedade reagiram. Nem é preciso explicitar o que Serra e seus aliados entreguistas farão com as reservas bilionárias do pré-sal, caso vençam a eleição presidencial. Basta acompanhar a disputa pelo petróleo que está em curso no Congresso Nacional e ver de que lado estão os tucanos e demos.

## A Shell agradece

Grças ao entreguismo do PSDB/DEM, a Shell já produz pelo menos 102 mil barris diários de petróleo no Brasil, desde que atingiu 74 mil barris no Parque das Conchas, no Espírito Santo, e 28 mil barris em Beijupirá e Salema, na Bacia de Campos. Esses dados foram publicados na coluna “Mercado Aberto” do jornal O Globo, no dia 13 de fevereiro. A multinacional foi uma das que mais lucrou com os leilões de entrega do nosso petróleo e já é operado-



ra de cinco blocos nas bacias de Campos, Espírito Santo e Santos, onde detém 100% do BM-S-54. A Shell também tem

participação de até 40% em cinco blocos operados pela Petrobrás, além de ser operadora única em outros cinco blocos de campos de produção terrestre, na Bacia de São Francisco. Tudo isso, graças à privatária dos tucanos e demos, também conhecida como Lei 9478/97, que criou o regime de concessão do petróleo e gás brasileiros. Esse é o modelo defendido por Serra para dar continuidade à entrega dos nossos recursos às empresas privadas.

## Trabalho igual, direitos iguais

# Petroleiros na luta por condições decentes de trabalho para os terceirizados

Como nos anos anteriores, o Dia Nacional de Luta dos Petroleiros do Setor Privado unificou trabalhadores próprios e terceirizados em torno de reivindicações que garantam melhores condições de segurança, trabalho e salários para os milhares de companheiros que prestam serviços para a Petrobrás. A empresa tem hoje 280 mil trabalhadores terceirizados! Um exército de pessoas, que diariamente estão expostos a riscos e discriminações, em função de direitos diferenciados. A Petrobrás, além de praticar um modelo de contratação baseado no menor preço, continua pressionando as empresas para que diminuam mais ainda os custos nos contratos, o que tem gerado demissões e reduções de postos de trabalho e salários, cortes de benefícios, flexibilização de regimes e jornadas, entre outros ataques que pioram as condições de trabalho e segurança.

Para mudar esta realidade é preciso luta e organização da categoria. Daí a importância das mobilizações desta sexta-feira, onde petroleiros próprios e terceirizados exigiram um basta aos acidentes e um ambiente seguro de trabalho para os terceirizados. Manutenção dos postos de trabalho, mudanças na política de contratação da Petrobrás, fim da precarização das condições de trabalho, fim dos calotes aplicados pelas terceirizadas, entre ou-



Mais de dez mil trabalhadores da Replan (Paulínia/SP) se mobilizaram na manhã desta sexta por melhores condições de trabalho no setor privado

tras reivindicações também foram ressaltadas nas mobilizações.

### Terceirização de riscos

Desde 2000, já ocorreram 171 mortes de trabalhadores em acidentes no Sistema Petrobrás, das quais 139 foram com terceirizados. Os seguidos acidentes graves, vitimando, como sempre, trabalhadores contratados, ressaltam os impactos da terceirização no Sistema Petrobrás. É a chamada terceirização de riscos, que é resultado direto da forma como os gestores da empresa conduzem as contratações,

permitindo que as prestadoras de serviço descumpram direito e lesem trabalhadores.

### Fundo garantidor ainda está no papel

Através da Comissão de Terceirização e de outros fóruns de negociação, a FUP tem cobrado constantemente mudanças estruturais na política de contratação. Mas poucos têm sido os avanços e, quando ocorrem, não são priorizados pela Petrobrás. É o caso do fundo garantidor das verbas rescisórias, para evitar o descumprimento de direitos trabalhistas e os frequentes calotes aplicados pelas contratadas.

O fundo garantidor foi uma das principais conquistas da campanha reivindicatória, mas a Petrobrás até hoje não implementou o que acordou com as representações sindicais. Quase quatro meses após a assinatura do Acordo Coletivo, o fundo ainda não saiu do papel. Enquanto isso, as prestadoras de serviço seguem lesando os trabalhadores, que já sofrem diariamente os riscos de atuarem em condições de trabalho precárias e inseguras. Na primeira reunião deste ano da Comissão de Terceirização (ocorrida no dia 22/03), a FUP anunciou que só volta a reunir-se com a Petrobrás se a empresa apresentar ações concretas para implementação do fundo.



Trabalhadores terceirizados da refinaria Abreu e Lima participam do Dia Nacional de Luta dos Petroleiros do Setor Privado

Edição 933 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT [www.fup.org.br](http://www.fup.org.br)

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 [imprensa@fup.org.br](mailto:imprensa@fup.org.br) Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763 Projeto gráfico e diagramação: Cláudio Camillo MTB 20478 Estagiária de jornalismo: Carol Cavassa Diretoria responsável por esta edição: Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Divanilton, Estér, Leopoldino, Machado, Marlúzio, Moraes, Paulo César, Silva, Simão, Sinval e Ubiraney